



PORTO do RECIFE S.A.



PORTARIA – DIRPRE N.º 082 /2018

Recife, 15 de junho de 2018.

O Diretor Presidente da PORTO DO RECIFE S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o que dispõe a Lei n.º 12.815 de 05.06.13;

Considerando, que a exploração dos portos organizados tem por objetivo aumentar a competitividade e o desenvolvimento do País e que, para alcançar tal meta, uma das diretrizes é a garantia da modicidade e da publicidade das tarifas (art. 3º, caput e art. 3º, II da Lei n.º 12.815/2013);

Considerando a necessidade de conseguir custos competitivos para que sejam mantidas e incentivadas às operações de armazenamento de Coque Verde de Petróleo nas instalações de armazenagem do Porto do Recife, o que será viabilizado através da concessão isonômica de desconto tarifário;

Considerando que o desconto é essencial para incentivar a armazenagem de Coque Verde de Petróleo, e sua exportação pelo do Porto do Recife;

Considerando a importância da atração de novas cargas para este Porto;

Considerando que a concessão do desconto tem por objetivo incrementar a movimentação portuária que, por decorrência, geraria acréscimo da base de arrecadação tarifária;

Considerando que Resolução CAP n.º 07/96, aprovada na 36ª Reunião Ordinária, realizada aos 22.08.96, autoriza o Porto do Recife a conceder descontos nos valores constantes da Tarifa Portuária;

Considerando que o item 10.7.2. do Regulamento de Exploração do Porto do Recife, aprovado na 277ª Reunião Ordinária da Diretoria da Porto do Recife S.A., realizada aos 26.11.14, dispõe: “Os valores estabelecidos nas diversas tabelas da Tarifa Portuária serão considerados como limite máximo, permitindo-se a prática de níveis inferiores, de modo a estimular competitividade e incentivar a utilização das instalações portuárias, por novas cargas e mercadorias;

Considerando os termos do Ofício n.º 86/2017/GFP/SFC-ANTAQ, da Gerência de Fiscalização de Portos e Instalações Portuárias, datado de 22.11.17, que encaminhou o Despacho de Julgamento n.º 130/2017/GFP/SFC;

RESOLVE:

- I. Aprovar os valores abaixo discriminados quando da armazenagem de Coque Verde de Petróleo recebido em pátios, para exportação:
 1. Por períodos de 10 (dez) dias ou fração:
 - 1.1. primeiro ao quarto período R\$ 3,25 / ton.;
 - 1.2. do quinto período em dianteR\$ 4,24 / ton.;



PORTO do RECIFE S.A.



§ 1.º Será concedido isenção de pagamento dos primeiros 10 (dez) dias corridos contados a partir da data do recebimento do Coque Verde de Petróleo, nas instalações de armazenagem do Porto do Recife;

§ 2.º Além dos valores previstos no item 1 acima, o dono da mercadoria ou requisitante se compromete a efetuar o pagamento do "ad-valorem" no valor e forma prevista no item 1.1 da Tabela IV, da Tarifa do Porto do Recife;

§ 3.º A Porto do Recife S.A. providenciará o seu ressarcimento, através de cobrança de hora extra, no caso de utilização de pessoal de armazém fora do expediente normal;

§ 4.º A cobrança dos valores devidos será efetuada ao término de cada período de armazenagem;

§ 5.º O desconto é concedido à título temporário, vigorando por até 12 (doze) meses, contados da data da assinatura desta Resolução, podendo ser prorrogado à critério da Autoridade Portuária;

§ 6.º A concessão do desconto é precária, podendo ser revogada ou suspensa a qualquer tempo, em caso de determinação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, ou por determinação administrativa da Autoridade Portuária;

§ 7.º Caso haja a revogação da presente Resolução por determinação da ANTAQ, a mesma operará retroativamente, devendo os beneficiários do desconto efetuar a complementação do pagamento da Tarifa em até 10 (dez) dias da notificação da Autoridade Portuária.

- II. Determinar que as condições da presente Portaria DIRPRE somente sejam aplicadas mediante formalização da intenção de adesão, em todos os seus termos, pela empresa interessada;
- III. Determinar que os descontos definidos por esta Portaria - DIRPRE sejam concedidos para as operações realizadas à partir das zero hora do dia 15 de junho de 2018;
- IV. Determinar que esta Portaria - DIRPRE entre em vigor na data da sua assinatura;
- V. Divulgue-se


CARLOS DO RÉGIO VILAR
Diretor Presidente